



Proc. n°	348.689
Fls. n°	44
Serv.	

Supremo Tribunal Federal

PORTARIA Nº 280 , DE 26 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2012, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


Ministro AYRES BRITTO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/11 A AGO/12

Proc. n° 3418.682
Fls. n° 45
Serv. _____

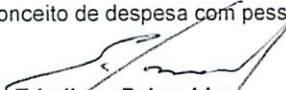
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	287.297.497	8.163.705
Pessoal Ativo	184.458.698	7.848.372
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo *	184.458.698	7.848.372
Pessoal Inativo e Pensionistas	102.838.798	315.333
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas *	102.838.798	315.333
Outras despesa de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	98.054.047	4.668.407
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.043.921	4.668.407
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	93.010.126	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	189.243.450	3.495.298
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		192.738.748
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		600.187.794.660
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,032113%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073726%	442.494.453
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070040%	420.371.531
FONTE: SIAFI E PORTARIA STF Nº 82/2005.		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

* Na Despesa Bruta com Pessoal foram descontados os auxílios natalidade e funeral dos servidores ativos, inativos e pensionistas nos valores de R\$ 11.333,71 e R\$ 103.784,24, respectivamente, totalizando R\$ 115.117,95. Esse desconto foi efetuado tendo em vista que o Ofício-Circular Conjunto n. 6/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF e o Relatório TCU (TC-017.004/2010-1) orientam que tais despesas não se enquadram no conceito de despesa com pessoal (a partir de 2012).


Edmilson Palma Lima
Secretário de Administração e Finanças - Substituto


Armando Akio Santos Doi
Secretário de Controle Interno - Substituto


Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral